

1Doc

Protocolo 130/2025

De: MUNICÍPIO DE LARANJA DA TERRA

Para: PRESID - Presidência

Data: 03/10/2025 às 09:37:23

Setores (CC):

PRESID

Setores envolvidos:

PRESID

Projeto de Lei

PROJETO DE LEI QUE INSTITUI A POLÍTICA PÚBLICA PARA AS MULHERES DE LARANJA DA TERRA/ES, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES, CRIA O CARGO DE COORDENADORA DA POLÍTICA PÚBLICA PARA MULHERES, DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO E A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA – PMLT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Anexos:

ESTIMATIVA_DE_IMPACTO_ORCAMENTARIO_FINANCEIRO.pdf
Oficio_299_2025_GABINETE_Projeto_de_Lei_CC_2_Coordenadora_da_Politica_Publica_para_as_Mulheres_.pdf
PROJETO_DE_LEI_INSTITUI_A_POLITICA_PUBLICA_PARA_AS_MULHERES_DE_LARANJA_DA_TERRA_ES.doc
PROJETO_DE_LEI_INSTITUI_A_POLITICA_PUBLICA_PARA_AS_MULHERES_DE_LARANJA_DA_TERRA_ES.pdf

Assinado por 1 pessoa: MUNICÍPIO DE LARANJA DA TERRA



MUNICÍPIO DE LARANJA DA TERRA

Estado do Espírito Santo Secretaria Municipal de Finanças

ESTUDO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO PODER EXECUTIVO

ASSUNTO: Criação de Cargo CC-2 (Gerência de Política Pública p/Mulheres).

- 1. Valor Mensal de Remuneração Salarial:
- Mensal: R\$ 4.517,77;
- Obrigações Patronais:R\$ 638,36;
- - 2. Custo Anual Estimado:
- Ano 2025 (Cargo + Obrig. Patronais): R\$ 16.757,42;
- Ano 2026 (Cargo + Obrig. Patronais): R\$ 74.253,27;
- Ano 2027 (Cargo + Obrig. Patronais): R\$ 81.369,80;
 - 3. Receita Corrente Líquida (RCL):
- Ano de 2025 (projetado): R\$ 76.978.496,45;
- Ano de 2026 (estimado): R\$ 79.741.985,00;
- Ano de 2027 (estimado): R\$ 81.719.013,00;
 - 4. Índice Estimado de Participação nos Gastos com Pessoal:
- Ano de 2025: 0,02%;
- Ano de 2026: 0,09%;
- Ano de 2027: 0,10%;

Laranja da Terra/ES, 01 de outubro de 2025.

ERILDO RUTSATZ

Secretário de Finanças

Decreto Municipal N.º 001/2025





PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Laranja da Terra/ES, 03 de outubro de 2025

Ofício nº 299/2025/GP-PMLT

ASSUNTO: ENCAMINHAMENTO DO PROJETO DE LEI QUE INSTITUI A POLÍTICA PÚBLICA PARA AS MULHERES DE LARANJA DA TERRA/ES, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES, CRIA O CARGO DE COORDENADORA DA POLÍTICA PÚBLICA PARA MULHERES, DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO E A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA – PMLT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Exma. Sra. Sandra Regina Bezerra Gomes

Vereadora e Presidente da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES

Encaminho a Vossa Excelência, em anexo, o <u>Projeto de Lei que institui a Política Pública</u> para as Mulheres de Laranja da Terra/ES, cria o Conselho Municipal dos Direitos das <u>Mulheres</u>, cria o cargo de Coordenadora da Política Pública para Mulheres, dispõe sobre a alteração dos princípios gerais da administração e a estrutura organizacional da <u>Prefeitura Municipal de Laranja da Terra – PMLT, e dá outras providências</u>, que visa assegurar a promoção da igualdade de gênero, a valorização e o empoderamento das mulheres, além de estabelecer mecanismos institucionais que garantam o pleno exercício de seus direitos no âmbito municipal.

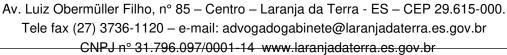
Solicito a apreciação e **VOTAÇÃO DESTE PROJETO** por essa Egrégia Casa Legislativa, tendo em vista a relevância da iniciativa para o fortalecimento das políticas públicas voltadas às mulheres, promovendo justiça social, participação cidadã e equidade em nosso município.

Sem mais para o momento, renovo os votos de estima e apreço, e nos colocamos à disposição.

Atenciosamente,

JOADIR LOURENÇO MARQUES

Prefeito Municipal





2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



PROJETO DE LEI Nº /2025

INSTITUI A POLÍTICA PÚBLICA PARA AS MULHERES DE LARANJA DA TERRA/ES, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES, CRIA O CARGO DE COORDENADORA DA POLÍTICA PÚBLICA PARA MULHERES, DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO E A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA – PMLT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres – CMDM, órgão colegiado, de caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador, com a finalidade de formular, propor, acompanhar e fiscalizar políticas públicas destinadas à promoção da igualdade de gênero e à garantia dos direitos das mulheres no Município de Laranja da Terra/ES.

Art. 2º Compete ao CMDM:

- I Propor políticas públicas que promovam a igualdade de gênero e o enfrentamento à violência contra a mulher;
 - II Acompanhar a execução de programas e ações voltados às mulheres;
- **III –** Propor campanhas educativas e de conscientização sobre os direitos das mulheres;
- IV Colaborar com órgãos públicos e entidades da sociedade civil para implementação de políticas de gênero;

AV. Luiz Obermulier Filino, ii 65 – Centro – Laranja da Terra - E5 – CEP 29.015-000.

Tele fax (27) & 7.866 icta 299 cume mo aith graph/www.slopprafenjtodatera.asjgolatera.asjgolatera.asjgolatera.asjgolatera.asjgolatera.asjgolatera.asggolatera.as



- V Acompanhar e fiscalizar a aplicação de recursos destinados a políticas públicas para mulheres;
 - VI Exercer outras atribuições correlatas.
 - Art. 3º O Conselho será composto por:
 - I Representantes do Poder Público Municipal;
- II Representantes da sociedade civil organizada, com atuação relacionada
 à promoção dos direitos das mulheres.
- § 1º O número de membros, titulares e suplentes, será definido em ato específico, garantindo a paridade entre governo e sociedade civil, sempre que possível.
- **§ 2º -** Os membros serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação das respectivas entidades e órgãos.
- § 3º O mandato dos conselheiros será de 2 (dois) anos, permitida a recondução.
- **Art. 4º** A presidência do Conselho será exercida por um(a) de seus membros, eleito(a) em reunião plenária, com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.
- **Art. 5º** O Conselho elaborará seu Regimento Interno no prazo de 90 (noventa) dias após sua instalação, definindo suas normas de funcionamento.
- **Art. 6º** A Secretaria Municipal de Assistência Social dará suporte administrativo e técnico necessário ao funcionamento do Conselho.
 - **Art. 7º** Fica criado o cargo comissionado de Coordenadora da Política Pública para as Mulheres, Referência CC-2, do Capítulo V, Seção Única, Subseção VI, da





Lei Municipal n. 1.054, de 26 de setembro de 2022, com subordinação hierárquica à Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS.

- **Art. 8º** A Lei Municipal n. 1.054, de 26 de setembro de 2022, passa a vigorar acrescida do seguinte Art. 89-A:
 - "Art. 89-A Compete à Coordenadora da Política Pública para as Mulheres:
 - I coordenar a Política Pública para as Mulheres de Laranja da Terra/ES;
 - II dar assessoramento às ações políticas relativas à condição de vida da mulher e ao combate aos mecanismos de subordinação e exclusão que sustentam a sociedade discriminatória, visando buscar a promoção da cidadania feminina e da igualdade entre os gêneros;
 - III prestar apoio e assistência ao diálogo e à discussão com a sociedade e os movimentos sociais no Município, constituindo fóruns municipais para articulação de ações e recursos em políticas de gênero e, ainda, participar de fóruns, encontros, reuniões, seminários e outros que abordem questões relativas à mulher;
 - IV efetuar assessoramento ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM);
 - V dar assessoramento a diferentes órgãos do governo e articular programas dirigidos à mulher em assuntos do seu interesse que envolvam saúde, segurança, emprego, salário, moradia, educação, agricultura, raça, etnia, comunicação, participação política e outros;
 - VI prestar assistência aos programas de capacitação, formação e de conscientização da comunidade feminina.
 - VII desempenhar outras atribuições que lhe forem designadas pelo Órgão Gestor de Assistência."



- Art. 9º O Anexo XV da Lei Municipal n. 1.054, de 26 de setembro de 2022, passa a vigorar na forma do Anexo I desta Lei.
- Art. 10 O Anexo XVI da Lei Municipal n. 1.054, de 26 de setembro de 2022, passa a vigorar na forma do Anexo II desta Lei.
- Art. 11 As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.
- Art. 12 O Poder Executivo regulamentará a Política Pública para as Mulheres, no que couber, para garantir a sua execução.
 - Art. 13 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Laranja da Terra/ES, em 2 de outubro de 2025.

JOADIR LOURENÇO MARQUES PREFEITO MUNICIPAL





ANEXO I

CARGOS EM PROVIMENTO EM COMISSÃO

| CARGO | QTD. | REF. | VALOR |
|--|------|------|--------------|
| Chefe de Gabinete | 01 | CC-1 | R\$ 6.880,13 |
| Procurador-Geral | 01 | CC-1 | R\$ 6.880,13 |
| Controlador-Geral | 01 | CC-1 | R\$ 6.880,13 |
| Secretários Municipais | 10 | CC-1 | R\$ 6.880,13 |
| Assessor de Comunicação | 01 | CC-2 | R\$ 4.517,77 |
| Assessor de Gabinete | 01 | CC-2 | R\$ 4.517,77 |
| Assessor de Nível Superior para Assuntos Jurídicos | 03 | CC-2 | R\$ 4.517,77 |
| Coordenador de Defesa Civil | 01 | CC-2 | R\$ 4.517,77 |
| Gerente de Recursos Humanos | 01 | CC-2 | R\$ 4.517,77 |
| Gerente de Compras | 01 | CC-2 | R\$ 4.517,77 |
| Gerente de Patrimônio e Almoxarifado | 01 | CC-2 | R\$ 4.517,77 |
| Gerente de Tecnologia da Informação | 01 | CC-2 | R\$ 4.517,77 |
| Gerente de Contratos | 01 | CC-2 | R\$ 4.517,77 |
| Gerente de Transporte e Manutenção de Frota | 01 | CC-2 | R\$ 4.517,77 |
| Gerente de Finanças e Tesouraria | 01 | CC-2 | R\$ 4.517,77 |
| Gerente de Contabilidade | 01 | CC-2 | R\$ 4.517,77 |
| Coordenador de Receita e Tributação | 01 | CC-2 | R\$ 4.517,77 |
| Coordenador de Arrecadação | 01 | CC-2 | R\$ 4.517,77 |
| Coordenador de Fiscalização | 01 | CC-2 | R\$ 4.517,77 |
| Coordenador de Planejamento | 01 | CC-2 | R\$ 4.517,77 |
| Gerente de Projetos | 01 | CC-2 | R\$ 4.517,77 |
| Diretor Escolar | 05 | CC-2 | R\$ 4.517,77 |
| Gerente do Fundo Municipal de Saúde | 01 | CC-2 | R\$ 4.517,77 |
| Coordenador da Estratégia Saúde da Família | 01 | CC-2 | R\$ 4.517,77 |
| Coordenador de Vigilância em Saúde | 01 | CC-2 | R\$ 4.517,77 |
| Gerente de Enfermagem | 01 | CC-2 | R\$ 4.517,77 |
| Gerente de Atenção Básica | 01 | CC-2 | R\$ 4.517,77 |
| Gerente do Sistema de Regulação em Saúde | 01 | CC-2 | R\$ 4.517,77 |
| Gerente da Agência Municipal de Agendamento | 01 | CC-2 | R\$ 4.517,77 |
| Gerente de Informatização | 01 | CC-2 | R\$ 4.517,77 |
| Gerente de Apoio ao Produtor Rural | 01 | CC-2 | R\$ 4.517,77 |
| Coordenador Técnico do Serviço de Inspeção Municipal | 01 | CC-2 | R\$ 4.517,77 |
| Diretor de Urbanização | 01 | CC-2 | R\$ 4.517,77 |
| Diretor de Infraestrutura | 01 | CC-2 | R\$ 4.517,77 |
| Diretor de Turismo e Cultura | 01 | CC-2 | R\$ 4.517,77 |
| Diretor de Esportes | 01 | CC-2 | R\$ 4.517,77 |
| Gerente do Fundo Municipal de Assistência Social | 01 | CC-2 | R\$ 4.517,77 |
| Coordenador do Cadastro Único | 01 | CC-2 | R\$ 4.517,77 |
| Coordenador do CRAS | 01 | CC-2 | R\$ 4.517,77 |
| Coordenador do CREAS | 01 | CC-2 | R\$ 4.517,77 |
| Coordenador da Casa Lar | 01 | CC-2 | R\$ 4.517,77 |
| Gerente de Meio Ambiente | 01 | CC-2 | R\$ 4.517,77 |
| Coordenador de Apoio Técnico | 01 | CC-2 | R\$ 4.517,77 |
| Coordenadora da Política Pública para Mulheres | 01 | CC-2 | R\$ 4.517,77 |

Av. Luiz Obermüller Filho, n° 85 – Centro – Laranja da Terra - ES – CEP 29.615-000.





ANEXO II

REQUISITOS MÍNIMOS PARA NOMEAÇÃO

| CARGO | REQUISITOS PARA NOMEAÇÃO |
|--|---|
| Procurador-Geral | |
| | Escolaridade: Nível Superior em Direito e estar regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil. |
| Controlador-Geral | Escolaridade: Nível Superior em uma das seguintes áreas: orçamentária, financeira, contábil, jurídica ou administração pública. |
| Assessor de Comunicação | Escolaridade: Ensino Médio e conhecimentos em informática. |
| Assessor de Gabinete | Escolaridade: Ensino Médio e conhecimentos em informática. |
| Assessor de Nível Superior para Assuntos Jurídicos | Escolaridade: Nível Superior em Direito. |
| Coordenador de Defesa Civil | Escolaridade: Ensino Médio e conhecimentos em informática. |
| Gerente de Recursos Humanos | Escolaridade: Ensino Médio e conhecimentos em informática. |
| Gerente de Compras | Escolaridade: Ensino Médio e conhecimentos em informática. |
| Gerente de Patrimônio e Almoxarifado | Escolaridade: Ensino Médio e conhecimentos em informática. |
| Gerente de Tecnologia da Informação | Escolaridade: Ensino Médio e conhecimentos em informática. |
| Gerente de Contratos | Escolaridade: Ensino Médio e conhecimentos em informática. |
| Gerente de Transporte e Manutenção de Frota | Escolaridade: Ensino Médio e conhecimentos em informática. |
| Gerente de Finanças e Tesouraria | Escolaridade: Ensino Médio e conhecimentos em informática. |
| Gerente de Contabilidade | Escolaridade: Graduação em Contabilidade e estar regularmente inscrito no respectivo conselho. |
| Coordenador de Receita e Tributação | Escolaridade: Ensino Médio e conhecimentos em informática. |
| Coordenador de Arrecadação | Escolaridade: Ensino Médio e conhecimentos em informática. |
| Coordenador de Fiscalização | Escolaridade: Ensino Médio e conhecimentos em informática. |
| Coordenador de Planejamento | Escolaridade: Ensino Médio e conhecimentos em informática. |
| Gerente de Projetos | Escolaridade: Graduação em Engenharia Civil ou Arquitetura e registro na classe competente. |
| Diretor Escolar | Escolaridade: Graduação em Pedagogia e na falta desta, graduação em qualquer curso da área de Educação; e conhecimentos em informática. |
| Gerente do Fundo Municipal de Saúde | Escolaridade: Ensino Médio e conhecimentos em informática. |
| Coordenador da Estratégia Saúde da Família | Escolaridade: Graduação em Enfermagem e estar regularmente inscrito no respectivo conselho. |





| NJA DA | |
|--|--|
| Coordenador de Vigilância em Saúde | Escolaridade: Graduação em medicina, farmácia ou enfermagem, e estar regularmente inscrito no respectivo conselho. |
| Gerente de Enfermagem | Escolaridade: Graduação em Enfermagem e estar regularmente inscrito no respectivo conselho. |
| Gerente de Atenção Básica | Escolaridade: Nível superior na Área da Saúde e experiência na Área da Atenção Básica e demais requisitos da Portaria 1.808/2018 do Ministério da Saúde. |
| Gerente do Sistema de Regulação em Saúde | Escolaridade: Ensino Médio e conhecimentos em informática. |
| Gerente da Agência Municipal de Agendamento | Escolaridade: Ensino Médio e conhecimentos em informática. |
| Gerente de Informatização | Escolaridade: Ensino Médio e conhecimentos em informática. |
| Gerente de Apoio ao Produtor Rural | Escolaridade: Ensino Médio e conhecimentos em informática. |
| Coordenador Técnico do Serviço de Inspeção Municipal | Escolaridade: Nível Superior em Medicina Veterinária e estar regularmente inscrito no respectivo conselho. |
| Diretor de Urbanização | Escolaridade: Ensino Médio e conhecimentos em informática. |
| Diretor de Infraestrutura | Escolaridade: Ensino Médio e conhecimentos em informática. |
| Diretor de Turismo e Cultura | Escolaridade: Ensino Médio e conhecimentos em informática. |
| Diretor de Esportes | Escolaridade: Ensino Médio e conhecimentos em informática. |
| Gerente do Fundo Municipal de Assistência Social | Escolaridade: Ensino Médio ou Técnico na área de Assistência Social e conhecimentos em informática. |
| Coordenador do Cadastro Único | Escolaridade: Nível superior de acordo com a NOB/RH/2006 e com a Resolução do CNAS nº 17/2011; Experiência na área social, em gestão pública e coordenação de equipes; Conhecimento da legislação referente à política de Assistência Social, direitos sócio assistenciais e legislações relacionadas a segmentos específicos (crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, mulheres etc.); Conhecimento da rede de proteção sócio assistencial, das demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos, do território; Habilidade para comunicação, coordenação de equipe, mediação de conflitos, organização de informações, planejamento, monitoramento e acompanhamento de serviços |
| Coordenador do CRAS | Escolaridade: Nível superior de acordo com a NOB/RH/2006 e com a Resolução do CNAS nº 17/2011; Experiência na área social, em gestão pública e coordenação de equipes; Conhecimento da legislação referente à política de Assistência Social, direitos sócio assistenciais e legislações relacionadas a segmentos específicos (crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, mulheres etc.); Conhecimento da rede de proteção sócio assistencial, das demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos, do território; |

Av. Luiz Obermüller Filho, n° 85 - Centro - Laranja da Terra - ES - CEP 29.615-000.





| | Habilidade para comunicação, coordenação de equipe, mediação de conflitos, organização de informações, planejamento, monitoramento e acompanhamento de serviços. |
|--|--|
| Coordenador do CREAS | Escolaridade: Nível superior de acordo com a NOB/RH/2006 e com a Resolução do CNAS nº 17/2011; Experiência na área social, em gestão pública e coordenação de equipes; Conhecimento da legislação referente à política de Assistência Social, direitos sócios assistenciais e legislações relacionadas a segmentos específicos (crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, mulheres etc.); Conhecimento da rede de proteção sócio assistencial, das demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos, do território; Habilidade para comunicação, coordenação de equipe, mediação de conflitos, organização de informações, planejamento, monitoramento e acompanhamento de serviços. |
| Coordenador da Casa Lar | Escolaridade: Nível superior de acordo com a NOB/RH/2006; Experiência na área social e conhecimento da legislação relacionada a rede de proteção à infância e juventude, da rede de proteção sócio assistencial, das demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos, do território; Habilidade para comunicação, coordenação de equipe, mediação de conflitos, organização de informações, planejamento, monitoramento e acompanhamento de serviços. |
| Gerente de Meio Ambiente | Escolaridade: Ensino Médio e conhecimentos em informática. |
| Coordenador de Apoio Técnico | Escolaridade: Mínimo de Técnico em Agropecuária ou Meio Ambiente e conhecimentos em informática. |
| Coordenadora da Política Pública para Mulheres (privativo para mulheres) | Escolaridade: Nível superior, preferencialmente em Serviço Social, Psicologia, Direito, Administração, Antropologia, Ciências Contábeis, Economia, Pedagogia, Sociologia, Terapia Ocupacional, de acordo com a NOB/RH/2006 e com a Resolução do CNAS nº 17/2011; Experiência na área social, em gestão pública e coordenação de equipes; Conhecimento da legislação referente à política de Assistência Social, direitos sócios assistenciais e legislações relacionadas a segmentos específicos; Conhecimento da rede de proteção sócio assistencial, das demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos, do território; Habilidade para comunicação, coordenação de equipe, mediação de conflitos, organização de informações, planejamento, monitoramento e acompanhamento de serviços. |

Av. Luiz Obermüller Filho, n° 85 – Centro – Laranja da Terra - ES – CEP 29.615-000.





MENSAGEM AO PROJETO DE LEI

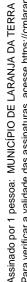
INSTITUI A POLÍTICA PÚBLICA PARA AS MULHERES DE LARANJA DA TERRA/ES CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES, CRIA O CARGO DE COORDENADORA DA POLÍTICA PÚBLICA PARA MULHERES. DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO E A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - PMLT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara de Vereadores. Ilustríssimos Senhores e Senhoras Vereadores.

Submeto à elevada apreciação e deliberação de Vossas Excelências o presente Projeto de Lei, que tem por objeto a instituição da Política Pública para as Mulheres em nosso Município, a criação do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres (CMDM) e do cargo comissionado de Coordenadora da Política Pública para Mulheres.

A presente iniciativa legislativa representa um marco fundamental para a promoção da igualdade de gênero e para o fortalecimento dos mecanismos de proteção e amparo às mulheres em Laranja da Terra. A criação de uma política pública específica e de um conselho dedicado ao tema permitirá a articulação de ações integradas e o desenvolvimento de estratégias eficazes para combater a discriminação e a violência, garantindo que as vozes e necessidades das mulheres sejam ouvidas e atendidas pelo Poder Público.

O cargo de Coordenadora da Política Pública para Mulheres, ora proposto, é de natureza estratégica e de assessoramento direto, sendo essencial para a gestão e execução das políticas a serem implementadas. Suas atribuições, detalhadas no corpo do projeto, envolvem a coordenação de programas, a articulação com a





sociedade civil e a assessoria a esta gestão em temas de alta relevância social, o que justifica a necessidade de um vínculo de confiança para o exercício da função, em plena conformidade com os requisitos constitucionais para cargos em comissão, conforme entendimento pacificado pelo Supremo Tribunal Federal (Tema 1010/RG do STF).

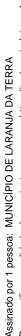
A criação do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres, por sua vez, assegura a participação social e o controle democrático sobre as ações do governo, fortalecendo a cidadania e a transparência.

A restrição de provimento do cargo de Coordenadora exclusivamente por mulheres fundamenta-se na própria natureza de suas atribuições. A função exige não apenas conhecimento técnico, mas uma profunda empatia e capacidade de gerar confiança junto ao público-alvo, majoritariamente composto por mulheres em situação de vulnerabilidade. A medida visa garantir um acolhimento mais eficaz e humanizado, sendo, portanto, um requisito essencial para o pleno sucesso da política pública que se pretende instituir, em conformidade com os precedentes dos Tribunais Superiores sobre a matéria.

Cumpre ressaltar que a proposição foi devidamente analisada sob a ótica fiscal e orçamentária. Conforme declaração anexa do Chefe do Executivo, na qualidade de ordenador de despesas, a medida é compatível com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Ademais, as despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, não representando, portanto, qualquer risco ao equilíbrio das contas públicas e à saúde financeira do Município.

Diante do exposto, e ciente da sensibilidade e do compromisso desta Casa Legislativa com as causas de grande interesse social, solicito o apoio dos nobres edis para a análise e aprovação deste relevante Projeto de Lei, que reafirma o compromisso da nossa gestão com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos os cidadãos de Laranja da Terra.

Renovo a Vossa Excelência e aos demais membros desta Câmara os protestos de elevada estima e distinta consideração.

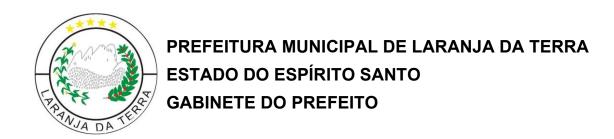




Atenciosamente.

Laranja da Terra/ES, em 2 de outubro de 2025.

JOADIR LOURENÇO MARQUES PREFEITO MUNICIPAL

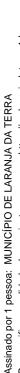


DECLARAÇÃO

JOADIR LOURENÇO MARQUES, brasileiro, casado, portador do CPF nº 875.939.207-04, na qualidade de Prefeito Municipal de Laranja da Terra/ES, declara, para os devidos fins, que o presente projeto de lei se encontra compatível com a Lei Orçamentaria Anual, com Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Laranja da Terra/ES, em 2 de outubro de 2025.

JOADIR LOURENÇO MARQUES PREFEITO MUNICIPAL





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 01F9-1222-7605-AFC7

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

MUNICÍPIO DE LARANJA DA TERRA (CNPJ 317.XXX.XXX-00114) em 03/10/2025 09:47:25 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://cmlaranjadaterra.1doc.com.br/verificacao/01F9-1222-7605-AFC7

